

TEMPOS E LUGARES DA MEMÓRIA

– Uma relação com a História

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS*

RESUMO

Busca-se examinar a relação entre Memória e História, particularmente atentando para os aspectos conceituais, teóricos e metodológicos envolvidos nesta interação. O objetivo é traçar uma visão panorâmica das discussões historiográficas em torno desta questão, refletindo sobre o conceito de Memória, desde os primórdios desta reflexão nas ciências sociais e na historiografia contemporânea, e abordando questionamentos que têm sido mais recentemente propostos por filósofos, cientistas sociais e historiadores. Uma discussão importante é dedicada aos “lugares da memória”.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Lugares de Memória; Tempo.

ABSTRACT

This article aims to examine the relation between Memory and History, attempting in particular to the conceptual, theory and methodological aspects involved in its. The aims is to develop a panoramic view of this historiographic discussions around this question, reflecting about the concept of Memory, since the first moments of this reflection in the social sciences and in the contemporary historiography, finally approaching to questions that have been proposed more recently by philosophers, social scientists and historians. An important discussion is dedicated to the memory place's.

KEYWORDS: Memory, Memory Places; Time.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: DELINEAMENTOS CONCEITUAIS

Existe uma relação milenar entre Memória e História. A historiografia – a História entendida como campo disciplinar – vale-se da Memória como objeto, fonte, meio para perpetuação da

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jose.assun@globomail.com

própria história, além de com ela entretecer relações diversas e complexas. Além disto, no último século começou a se formar também um novo campo disciplinar, denominado Memória Coletiva, o qual também oportuniza suas próprias relações com a História. Os chamados “lugares de memória”, por exemplo, constituem objeto de interesse seja para os estudiosos da Memória Coletiva, seja para os historiadores de todos os tipos. Nosso objetivo, neste artigo, será discutir as relações entre História e Memória relativamente a alguns âmbitos específicos que tem interessado aos historiadores nos últimos tempos. Antes de tudo, será oportuno discutir o próprio conceito de “memória”.

Como conceito de especial relevância para os recentes desenvolvimentos das ciências humanas, a noção de Memória tem sofrido ressignificações importantes. Para entendê-las, partiremos de algumas considerações ainda sobre a Memória Individual, buscando perceber como certos modos de conceber a memória do indivíduo contaminaram, em algum momento, os modos de perceber a Memória Coletiva, que aqui será nosso principal foco de interesses. Mais adiante, depois de pontuar estas relações, retornaremos aos momentos de fundação deste conceito, evocando reflexões pioneiras como a de Maurice Halbwachs (1968).

Memória, na sua designação mais habitual, vulgar e cotidiana, corresponde muito habitualmente a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, ou aquilo que um indivíduo representa como passado. Considera-se ainda – e sempre é bom frisar que logo estaremos submetendo estas significações de Memória a uma crítica e a uma problematização – que de um ponto de vista biológico a memória humana, seja a “memória recente” ou a chamada “memória permanente” que se localiza no hipocampo, corresponderia a um processo que não permite precisão, uma vez que envolve esquecimentos, distorções, reconstruções, omissões, parcialidades, hesitações. Há ainda uma significação vulgar que remete a Memória a uma categoria estática relacionada à imagem de depósito de dados. A Memória surge então como mera atualização mecânica de vestígios.

Vejamos estes elementos, por partes, de modo a problematizá-los. A Memória, um tanto ambigualmente, seria ao mesmo tempo estática e imprecisa, parcial e distorcida, passiva e não-criadora. Significações vulgares como estas, normalmente aplicadas à Memória Individual, cedo contaminaram a idéia de Memória Coletiva. Também esta teria parecido a alguns dos profissionais que lidam com os registros humanos como uma

expressão que deveria ser oposta à noção de História (no sentido de Historiografia). De fato, se a Memória Coletiva era encarada como um “depósito de informações”, de dados, de lembranças passivas, não problematizadas, era até certo modo natural que, diante de uma significação como esta, a noção de Memória fosse contraposta assimetricamente à idéia de História, esta entendida como um campo de conhecimento necessariamente problematizador. A Memória era o “lado pobre”, por assim dizer, e quando muito poderia ser utilizada pela Historiografia como um canteiro de fontes historiográficas.

Tal concepção de Memória, como o depósito de dados ou a atualização dos vestígios, por vezes imprecisos, já não mais resiste nos dias de hoje à operacionalização no seio das ciências humanas. Isto por vários motivos. Nem mencionaremos já o fato de que há mesmo um campo de estudos, disciplinarmente aceito, e que se intitula “Memória Social”, um campo que deve suas reflexões pioneiras ao ensaio *Memórias Coletivas* publicado por Maurice Halbwachs em 1950, mas que só se institucionalizou academicamente nas últimas décadas. À parte isto, vamos nos concentrar nos aspectos pertinentes aos processos de Memória que desautorizam a depreciação do âmbito da Memória como um universo estático, passivo, e ao mesmo tempo impreciso, pouco útil para a História, a não ser como fontes a serem tratadas com extremo cuidado.

Para começar, devemos lembrar que mesmo a concepção de psicólogos, biólogos e neurologistas sobre o que consistiria a Memória mudou muito nos últimos anos. E também estas mudanças no conceito de Memória Individual (já pontuaremos algumas) contribuiriam para o enriquecimento do conceito de Memória Coletiva. De igual maneira, Jacques Le Goff, verbete “Memória” produzido para a *Enciclopédia Einaudi*, menciona também a importância trazida pelas novas noções de “memória computacional” e de “memória hereditária”, neste último aspecto retomando certas considerações desenvolvidas por Jacob em seu ensaio *La logique du vivant. Une histoire de l'héritée* (1970).

Entretentes, a pedra de toque das pesquisas e reflexões mais recentes sobre a Memória Individual, talvez um tanto paradoxalmente, foi a compreensão de que até mesmo esta Memória Individual sempre envolve importantes dimensões coletivas. Se a memória envolve um comportamento narrativo, e a “narratividade” é necessariamente um processo mediado pela Linguagem – esta que em última instância é produto da Sociedade –

tem-se aqui maior clareza de como a dimensão coletiva também interfere na Memória individual. Para além disto, com a consubstanciação da Memória através da linguagem – falada ou escrita – a Memória abandona o campo da experiência perceptiva individual e adquire a possibilidade de ser comunicada, isto é, socializada.

Foi assim que tanto a dimensão da Memória Coletiva contribuiu para permitir uma abordagem mais complexa da Memória Individual, como as crescentes descobertas científicas sobre a Memória Individual também produziram motivações importantes para uma resignificação da noção de Memória Coletiva. É assim que, nos dias de hoje, a reflexão sobre a Memória Coletiva tem sido recebida na maior parte dos setores historiográficos de uma nova maneira. Esta se refere não apenas a este processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais. A memória, enfim, implica em vida e no dinamismo próprio à vida, tal como nos mostra Pierre Nora:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1984: XIX).

A questão da Memória, desde que aberta a uma dialética que envolve lembranças e esquecimentos, deixa aqui de ser limitação para a historiografia, e passa a ser fator de enriquecimento de perspectivas. Essa virada na compreensão da Memória apresenta vários desdobramentos para a História: desde uma possibilidade para que a própria Historiografia possa repensar seus pressupostos fundamentais, até as possibilidades de uso da Memória – coletiva ou individual – como fonte histórica. Antes de discutir estes pontos, contudo, retornemos aos primórdios, em busca da formação de um conceito.

A CONSTITUIÇÃO DE UM CONCEITO

O pioneiro na reflexão mais sistemática sobre a memória coletiva é certamente Maurice Halbwachs, com seu ensaio de 1925

sobre *Os Contextos Sociais da Memória* – texto no qual ainda aparecia como um autêntico durkheimiano – e, posteriormente, com seu ensaio *A Memória Coletiva* (1968). Há, claro, autores anteriores que já tangenciam a questão, como o Bergson de “Matéria e Memória”, publicado ainda em 1896 e instigador de todo um ciclo literário subsequente que pode ser exemplificado pela produção literária do Marcel Proust de *Em Busca do Tempo Perdido* (1913-1927). Mas é mesmo com Maurice Halbwachs que começa a se constituir um novo campo de estudos, prenúncio de uma futura disciplina relacionada à Memória Social, e pronto a situar interdisciplinarmente áreas do saber como a História, a Antropologia, a Psicologia, o Folclorismo, a Crítica Literária. Todo este campo de interconexões disciplinares – somente possível a partir da afirmação mais efetiva das ciências sociais na primeira metade do século XX em novos espaços como as revistas interdisciplinares e um novo espírito de diálogo acadêmico entre pesquisadores de esferas diferenciadas – seria imprescindível para que a Memória Coletiva pudesse ser captada não mais apenas na palavra escrita, mas no gesto, na imagem, nas festas, ritos, comemorações.

Para iniciar uma sistemática caminhada das ciências humanas na construção de um novo conceito de Memória Coletiva, Maurice Halbwachs propunha ultrapassar o estranhamento original gerado a partir da idéia, bem presente no senso comum, de que uma faculdade como a Memória só poderia “existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual” (HALBWACHS, 2006: 71). Sua idéia era a de que as lembranças poderiam ser organizadas de duas maneiras: agrupadas em torno do ponto de vista de uma só pessoa, ou se distribuindo no interior de uma determinada sociedade. Os indivíduos, desse modo, poderiam participar destes dois tipos de memória, e no caso da Memória Coletiva seriam capazes de se comportar como membros de um grupo de modo a evocar lembranças interpessoais.

Halbwachs já refletia nesta época tanto sobre o contraste entre os dois tipos de memória, como sobre a interação e mútua interpenetração de ambas em certas ocasiões, fazendo notar que mesmo a memória individual podia reforçar algumas de suas lembranças, ou mesmo preencher lacunas, apoiando-se na Memória coletiva (2006: 71). De igual maneira, a Memória Coletiva conteria as memórias individuais, mas não se confundiria com elas, ou sequer com o seu somatório, pois evoluiria segundo suas próprias leis, para utilizar uma expressão do próprio Maurice Halbwachs

(2006: 72). A contribuição ímpar do sociólogo francês, em um de seus níveis, estava em perceber que – longe de ser processo que apenas se dá no cérebro humano a partir da atualização de vestígios que foram guardados neurologicamente pelos indivíduos, havia uma dimensão social tanto na Memória Individual como na Memória Coletiva. Isto porque mesmo o indivíduo que se empenha em reconstituir e reorganizar suas lembranças irá inevitavelmente recorrer às lembranças de outros, e não apenas olhar para dentro de si mesmo em conexão com um processo meramente fisiológico de reviver mentalmente fatos já vivenciados. Isso sem considerar o que é ainda mais importante: a memória individual requer como instrumental palavras e idéias, e ambas são produzidas no ambiente social. Dito de outra forma, se no caso da Memória Individual são os indivíduos que, em última instância, realizam o ato de lembrar, seriam os grupos sociais que determinariam o que será lembrado, e como será lembrado. Halbwachs também chamava atenção para um aspecto que nos interessará particularmente: a Memória (e tanto a individual como a coletiva) está sempre limitada no espaço e no tempo.

As reflexões sistemáticas de Halbwachs sobre a Memória Coletiva, enfim, tendem a criar algumas tensões com relação à Historiografia, em especial com vistas a um conceito ainda limitado de História que iria se superado nas últimas décadas do século XX. Entre os traços que distinguiriam essencialmente ‘Memória’ de ‘História’ (e, portanto, dificultariam a possibilidade de se falar em uma “memória histórica”) estaria a “continuidade”, característica de toda Memória (no sentido de que a memória se associa a uma corrente de pensamento contínuo), por oposição à “descontinuidade” envolvida na operação historiográfica (2006: 102)¹. Há aqui uma visão da História que já é de certo modo estrutural, o que é certamente fruto dos diálogos de Halbwachs com Marc Bloch e Lucien Febvre, com os quais convivera na Universidade de Estrasburgo, e as estruturas parecem se situar em relação de descontinuidade umas em relação às outras, o que contrasta com a sensação de continuidade da qual vive a Memória. Desnecessário dizer que os anos 1970 trariam outras histórias, para

¹ “Em história tem-se a impressão de que tudo se renova de um período a outro – interesses em jogo, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro – e que se os mesmos grupos reaparecem, é porque subsistem as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades” (HALBWACHS, 2006: 102).

além do padrão estrutural que a escola dos Annales difundiu com tanta eficiência entre as décadas de 1930 e os primeiros anos de 1970.

No contexto de uma compreensão da História como sucessão de estruturas, o papel da Memória Coletiva adquire extrema relevância, exatamente porque pode cumprir uma função social de religar tradições e re-estabelecer continuidades que a historiografia não oferece e que a História-Efetiva pode contestar através de circunstâncias acontecimentais. Halbwachs dá o exemplo de momentos em que são fortemente abalados os alicerces de uma época anterior e uma nova a sucede (podia estar pensando, inclusive, em períodos revolucionários como o da Revolução Francesa). Em um mundo que se renovou, e que produziu uma humanidade associada à nova era e um setor de humanidade retardatário e ligado a um mundo que já não existe mais, afora as mediações possíveis, a sociedade precisa criar os recursos para seguir adiante, incluindo todos. A Memória Coletiva, recriando os seus valores e restabelecendo pontes, renovando suas lembranças e reclassificando os seus esquecimentos, introduzindo também o novo no velho e o velho no novo, criando uma necessária ilusão de continuidade, enfim, ofereceria um chão e um céu de continuidades aos homens de períodos críticos em que uma estrutura parece passar a outra.

A Memória Coletiva, é o que nos diz Halbwachs mais adiante, é na verdade feita também de descontinuidades, mas só que descontinuidades discretas facilmente disfarçáveis em continuidade. Deste modo, ela assegura a sensação humana e social de unidade, e permite que se atravesse mesmo os períodos históricos mais transformadores. A Memória Coletiva, enfim, faz-se através dos seres humanos que a carregam, vive mesmo dos grupos sociais que são os seus portadores, e Halbwachs ressalta que quando ela “esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram” (2006: 105).

O segundo traço de distinção entre os campos da Memória e da História remetem ao fato de que, a princípio, só existiria uma única História (um único fluxo histórico, uma única totalidade histórica, por assim dizer) mas de fato existiriam muitas Memórias Coletivas. Claro, Halbwachs trabalha aqui com uma certa concepção de História, que é a mesma dos Annales e das historiografias marxistas de sua época, e ainda não pode sequer considerar as historiografias plurais (voltadas para e abordando grupos específicos

como o movimento negro, o movimento feminista, os ecologistas, as etnias, e assim por diante). A eclosão das histórias plurais ainda estava longe, e ocorreriam concomitantemente ao movimento da pós-modernidade historiográfica. Por outro lado, também não parece ser considerada por Halbwachs a perspectiva historicista mais relativista que já existiam no período de seus escritos sobre Memória. A perspectiva de Halbwachs sobre a Historiografia tende ao positivismo, à idéia de uma história universal que remonta ao iluminismo. O universalismo positivista, durkheimiano em Halbwachs, aparece aqui. Mas não é incompatível com a nova tendência que então surgia na historiografia francesa, a da Escola dos Annales. De todo modo, quando Halbwachs fala em uma “história única” para sustentar a distinção entre História e Memória, não é tanto na Historiografia que ele pensa, e sim na História-Efetiva. Ao lado da História única, e fluindo nesta através de múltiplas direções, existiriam muitas memórias coletivas, e não uma única Memória Coletiva.

Em contrapartida ao universalismo possível de ser pensado para a História, o sociólogo francês ressalta que seria impensável a idéia de uma “memória universal”, uma vez que “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2006: 106). Assim, a realidade social nos oferece um número indefinido de grupos, cada qual com a sua memória coletiva, entrelaçando-se em uma rede social extremamente complexa. Grupos se opõem uns aos outros, incluem-se e excluem-se mutuamente, segmentam-se uns a partir de outro, avançam paralelamente ou entrelaçadamente no tempo, convivem no mesmo espaço social. Cada indivíduo participa na verdade de muitos grupos, cada qual com a sua memória: a vizinhança, o trabalho, o grupo ao que pertenceu na fase escolar, e ao mesmo tempo grupos maiores que também trazem a sua memória coletiva: a religião, a nação, a carreira profissional. A Memória Coletiva não é de fato única, e somente se pode falar esta expressão no singular como recurso discursivo para a identificação e delineamento de um campo, porque há na verdade inúmeras memórias coletivas. Eis, segundo Halbwachs, o segundo traço que diferencia radicalmente a História da Memória Coletiva.

É interessante confrontar a idéia expressa por Halbwachs de que, ao examinar seu passado, o grupo percebe que tem continuado o mesmo e, desta forma, adquire “consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 2006: 109). A memória coletiva produzida por um grupo, em casos como este, não estaria muito

distinta das histórias plurais da historiografia do período pós-moderno, na qual surgem as histórias nas quais um movimento, uma etnia ou qualquer outro tipo de grupo produz uma história de si para si: a história do movimento negro, do movimento gay, do feminismo, a história de seitas religiosas, de etnias específicas, de famílias, de categorias profissionais, de partidos políticos, e tantas outras histórias imagináveis. Estaríamos aqui diante de histórias ou de memórias coletivas? De qualquer maneira, não mais se impõe aqui o contraste, a incompatibilidade entre uma História de tendência universalista e uma Memória Coletiva que é na verdade plural.

A oposição entre a Historiografia e a Memória Coletiva produzida em cada grupo é também uma posição entre ênfase na mudança e ênfase na continuidade. Para utilizar uma expressão de Halbwachs, a história seria um “painel de mudanças” (2006: 109), mas enquanto isto a Memória Coletiva (as memórias coletivas) tende a se constituir em “painel de semelhanças”, a enfatizar as permanências, o que traz identidade ao grupo. Se a mudança ocorrida no tempo de existência do grupo, ou em virtude de algum acontecimento emblemático, tornar-se por demais radical, ocorre uma ruptura: podem neste caso seguir os mesmos atores sociais, mas formar-se-á um novo grupo, com uma nova memória coletiva a ser reconstruída que incorporará traços da outra, mas será radicalmente nova, no sentido de um novo recomeço.

Distinção também colocada para situar o contraste entre História e Memória é que esta examina os grupos de dentro, enquanto a História os examina de fora. Desta maneira, pode a História unificar as histórias particulares, por assim dizer, em uma história mais ampla. A Memória Coletiva, ao contrário, é produzida a partir de uma visão de dentro do grupo. Será oportuno mais uma vez discutir o fato de que, com as novas possibilidades historiográficas surgidas nas últimas décadas do século XX, este contraste se atenua muito, porque não apenas porque surgiram historiadores para cada grupo (no caso das histórias plurais) como também porque surgiram práticas historiográficas polifônicas, destinadas a encaminhar vozes sociais distintas em uma mesma narrativa. Torna-se possível, então, também escrever histórias de dentro dos grupos. Estes elementos viabilizam um diálogo ainda mais intenso na História com a Memória Coletiva, utilizada agora não mais apenas como fonte, mas também como meio de expressão, como conjunto de vozes sociais a serem retomadas.

A perspectiva de Halbwachs também tem merecido outras

críticas e reconsiderações. Michel Pollak (1989) procura avaliar os desdobramentos de sua tendência a enquadrar as memórias individuais em memórias coletivas, chegando à afirmação de que todas as memórias são coletivas e mesmo à eliminação da possibilidade de uma autonomia do sujeito em relação à estrutura social. Halbwachs ampara-se em uma perspectiva funcionalista e ao mesmo tempo sintonizada com a perspectiva dos Annales de que o passado só se torna compreensivo a partir de sua reconstrução e práticas vividas no presente. Ao defender esta estrutura funcional da memória, Halbwachs mostra como o delineamento do que seria comum ao grupo produz em contrapartida as diferenças em relação aos outros e estabelece fronteiras sócio-culturais. No limite, a memória nacional constituiria a forma mais bem acabada e completa de memória coletiva. Para Pollak, contudo, há também aí um risco de uniformização e opressão envolvido, pois o processo de construção da nação através da memória coletiva também pode proceder à exclusão de etnias, grupos e outras formas de identidades (POLLAK, 1989: 4).

LUGARES DE MEMÓRIA

Para além da própria constituição de um conceito de Memória Coletiva, que remonta aos primeiros trabalhos de Halbwachs, o novo campo de estudos foi encontrar um novo momento conceitual importante com o desenvolvimento da idéia dos “lugares de memória”. Esta nova entrada conceitual surgiu da necessidade de aprofundar algumas questões. Através de que ambientes, de que recursos, de que práticas e representações, de que suportes materiais se produz e se difunde a memória coletiva? A noção de ‘lugares de memória’ abre uma nova perspectiva em termos de organização e percepção da Memória Coletiva.

O primeiro grande empreendimento teórico e prático nesta direção deve ser atribuído a Pierre Nora e a um grande número de historiadores, sociólogos, antropólogos e memorialistas franceses que se integraram ao projeto coletivo relacionado aos “Lugares de Memória”, que resultaram em sete volumes de textos dedicados à Memória Social na França. Depois do empreendimento pioneiro de Pierre Nora, projetos similares surgiram em outros países europeus, como a Alemanha e a Itália. Através desta prática, resultante em livros e grandes circuitos de palestras e eventos, o conceito de “lugar de memória” foi encontrando sua definitiva estabilização.

Será oportuno lembrar que, ao lado deste grande movimento

de reflexão e preservação dos “lugares de memória”, a nova aproximação do fenômeno da Memória Coletiva liderada por Pierre Nora permitiu um novo delineamento conceitual. De acordo com uma passagem de Pierre Nora retomada por Jacques Le Goff em seu verbete sobre a “Memória”, a Memória Coletiva seria doravante concebida como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF, 1990: 472). Com este novo delineamento de um conceito – atento não apenas ao que se preserva da experiência humana, mas também ao que os grupos sociais fazem desta experiência humana preservada – Pierre Nora irá retomar as antigas oposições entre Memória e História que já haviam sido objeto de reflexão de Maurice Halbwachs.

Quais são, antes de mais nada, os propalados lugares da Memória. Jacques Le Goff os resume, a partir de uma passagem de Pierre Nora, em seu verbete “Memória” (1990: 473):

“[há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações”

Trata-se, naturalmente, apenas de uma pequena lista exemplificativa. Na célebre coleção francesa de sete volumes publicada sob a direção de Pierre Nora, uma consulta aos sumários de cada volume revela de imediato a complexidade e extensão envolvida pelos lugares de memória. Símbolos, Monumentos, a Pedagogia com suas enciclopédias e dicionários, as Heranças como os santuários régios e as relíquias monásticas, as Paisagens, o Patrimônio, o Território e mesmo a própria Língua, que realiza memória em si mesma ao trazer consigo traços de grupos específicos e da humanidade como um todo ... eis aqui um vasto universo de “lugares de memória” que inclui a própria historiografia, seja esta científica ou cronística. Onde existe o humano, pode-se dizer que a Memória estabelece-se, gerando os seus lugares. Desde as células familiares, que organizam sua memória através de recursos os mais diversos como as genealogias e os álbuns de fotografias, até as grandes Nações que erguem museus e arquivos para dar visibilidade à sua própria identidade, a Memória apresenta definitivamente muitos “lugares”.

Mas há, por fim, aquilo que poderíamos chamar de ‘lugares por trás dos lugares’, aqueles nos quais iremos encontrar não a

produção ou elaboração da memória coletiva, mas os seus criadores maiores, as forças que impõem a memória coletiva de modos diversos, gerando os lugares de memória mais específicos. São estes ‘lugares por trás dos lugares’ “os Estados, os meios sociais e políticos, as comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, 1990: 473).

Entre os grandes lugares, pólos importantes de investimento para estas forças maiores que determinam a memória, estão aqueles espaços sócio-culturais que Leroi-Gourhan denominou “Instituições-Memória” (1964: 67-8). Começaremos pelos grandes arquivos nacionais. Sabe-se de arquivos reais desde as antigas civilizações, dos quais nos dão exemplos os arquivos reais do palácio de Ougarit, na antiga Síria, ou as numerosas tabuletas ordenadas encontradas no palácio de Mari, entre tantos casos examinados por Leroi-Gourhan. Mas é com um novo sentido que o século XVIII já começa a instituir, ainda timidamente, os seus depósitos centrais de arquivos, e mais como desdobramentos da erudição régia do que por necessidades voltadas para a construção da identidade nacional, o que acontecerá decididamente na França a partir da Revolução Francesa e, nos demais países da Europa, logo após o período da Restauração. Um desenvolvimento inteiramente análogo é o que instituirá os Museus. Também discretamente instaurados a partir de meados do século XVIII, é também a partir da Revolução Francesa que se inicia a era dos museus nacionais (LE GOFF, 1990: 464).

Entre os lugares da memória “simbólicos”, destacam-se estes grandes e por vezes ruidosos empreendimentos voltados para a memória coletiva que são as comemorações, tal como a comemoração anual da tomada da Bastilha em 14 de julho, e particularmente a grande comemoração que ocorreu em 1989, assinalando os duzentos anos da Revolução Francesa. Na verdade, a tradição firma-se já a partir dos próprios tempos da Revolução Francesa, tal como nos mostram as pesquisas de Mona Ozouf (1976) e de Rosemonde Sanson (1976), e a história das festas revolucionárias revelará uma interessante dialética de lembranças e esquecimentos nos quais, no decurso dos vários períodos, alguns episódios emergem em detrimento de outros e depois recaem novamente no esquecimento, para atender aos interesses políticos de um novo momento (OZOUF, 1976). A própria comemoração da Revolução Francesa, como um todo, desaparece sob Napoleão e reaparece em 1880, tal como assinala Rosemonde Sanson sua

pesquisa sobre *A Festa e a Consciência Nacional* (1976). A comemoração, deste modo, é desde já um importante “lugar de memória”, um momento em que se atualiza o grande evento, de importância para a formação e preservação da Identidade da população que o tornou emblemático, ou em vista de projetos políticos que buscam direcionar a opinião pública para suas próprias finalidades, do que nos dão fartos exemplos as festas na Alemanha Nazista e na Itália Fascista.

Se a comemoração é lugar de memória, curiosamente a “descomemoração” também pode sê-lo. Ian McBride, em *History and Memory in Modern Ireland* (2001) chama atenção para a Guerra de memórias que se instaura entre protestantes e católicos irlandeses, estabelecendo-se entre estes a tradição da “descomemoração explosiva”, que consiste em destruir através do vandalismo espontâneo ou do terrorismo bem planejado os monumentos ou estátuas erguidos pelos católicos. Surge aqui a noção de uma “contramemória”, ela mesma um lugar a mais, também discutido na coletânea dirigida por Pierre Nora.

As chamadas ‘memórias históricas’ também constituem capítulo importante para o grande universo da Memória Coletiva, e levam a repensar mais uma vez o seu papel na sociedade. Quando surge este vivo interesse em recuperar certas “memórias históricas”, senão no contexto de um tempo acelerado em que as identidades se vêem ameaçadas? A história e a memória entrelaçam-se nas “memórias históricas” para preencher uma função importante: quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro destas memórias. Foi assim, por exemplo, que se intensificou o interesse pela produção das “memórias do holocausto”. Assegurar o registro destes acontecimentos tão trágicos é também uma forma de adquirir controle sobre eles, de impedir que um dia se repitam, que caiam no esquecimento e que deixem de ser analisados criticamente.

Entre os objetos materiais e textuais da memória, os Dicionários e Enciclopédias ocupam um lugar de destaque, e podem ser descritos como vastos registros de memória parcelada ordenados alfabeticamente. Conforme os estudos de Leroi-Gourhan, os dicionários e enciclopédias invadem o cenário dos lugares de memória já no século XVIII, (1965-65: 70-71). No princípio, os dicionários dirigem-se não apenas aos eruditos, mas também aos artesãos e às fábricas, e a *Grande Enciclopédia* de 1751 é descrita

por Leroi-Gourhan como “uma série de pequenos manuais reunidos no dicionário”, ou como “uma memória alfabética parcelar na qual cada engrenagem isolada contém uma parte animada da memória total” (1964-65: 70-71). Le Goff lança uma instigante questão: não terá sido a Enciclopédia o grande detonador da Revolução? (LE GOFF, 1990: 461).

A emergência dos Dicionários e Enciclopédias ao primeiro plano dos lugares de memória no século XVIII lança luz sobre uma questão importante para os historiadores da memória, que é precisamente a da dinâmica da dialética de lembranças e esquecimentos que se atualiza na Memória Coletiva, fazendo surgirem novos lugares de memória em detrimento de outros, e deslocando certos lugares de memória do centro para a periferia, e vice-versa. Assim, ao mesmo tempo em que no século XVIII entram em ascensão os Dicionários e Enciclopédias – estes pólos para a acumulação de uma memória parcelada que se dirige aos “vivos” – já neste mesmo período entre em franco declínio a comemoração dos mortos, e os túmulos, mesmo os dos reis, tornam-se muito simples no decurso de um processo que se inicia no século XVII e se conclui no final do século XVIII (LE GOFF, 1990: 461). Vovelle intui que, no período das Luzes, manifesta-se de alguma maneira uma intenção de “eliminar a morte”; mas imediatamente depois da Revolução Francesa assiste-se ao retorno da memória dos mortos, e reinicia-se uma era de cemitérios, monumentalização de túmulos, profusão de inscrições literárias e proliferação de práticas de culto aos mortos através de visitas aos cemitérios (VOVELLE, 1974: 42). O Romantismo, por fim, irá acentuar ainda mais esta tendência. Este exemplo é particularmente interessante. Mostra-nos um pouco da dialética de lembranças e esquecimentos da Memória Coletiva, reatualizando nos seus vários momentos o que se torna importante e o que se torna secundário em termos de objetos de “memoração”, de “rememoração”, de “comemoração” e de práticas de memória.

Ainda entre os pequenos objetos de memória, um verdadeiro arsenal se estabelece em função das práticas comemorativas: selos, moedas, medalhas, bandeiras, placas e inscrições comemorativas. Todos estes objetos de memória, obviamente, podem vir a se tornar fontes privilegiadas para os historiadores. Exemplificam a imposição da Memória dos estados e das nações através dos pequenos objetos. Mas, passando do plano “macro” à “escala micro”, também a Família, no recesso e na intimidade do Lar, desenvolve seus próprios recursos. Vale-se, por exemplo, da fotografia, conforme revelam os sistemáticos estudos de Pierre Bourdieu sobre os álbuns

de família (1965). Mas, eis-nos de volta ao “macro” através desta mesma Fotografia, uma vez que os estados e os grupamentos sociais mais amplos também a utilizam. Há até mesmo uma sofisticada engenharia da memória que se torna possível através da deformação da fotografia, como bem nos mostrou o stalinismo algumas vezes ao incluir e excluir certas figuras políticas de um mesmo retrato em momentos históricos e políticos diversificados. Na Literatura, o tema foi habilmente desenvolvido por George Orwell no romance *1984*, uma crítica a todas as formas de totalitarismos, mas também uma imaginação acerca das possibilidades de reconstrução da memória.

A noção dos “lugares de memória” apresenta, portanto, desenvolvimentos praticamente infinitos, e poderíamos ainda lembrar que os avanços dos estudos da Genética permitiram um controle extremamente preciso sobre a “memória da hereditariedade”. É possível, hoje, reconstituir através de pesquisas sobre o DNA a história biológica e populacional dos diversificados grupos humanos, permitindo atingir a aventura humana no período que habitualmente é classificado como pré-história. A “memória genética” da espécie humana, desta maneira, torna-se uma instância a mais que pode ser acompanhada pelos historiadores. As potencialidades da combinação de estudos de Memória Coletiva e da análise da memória hereditária são instigadores: pode-se imaginar o quanto o rastreamento das descendências e interações entre grupos populacionais, hoje bastante exequível através da análise das contribuições genéticas presentes no DNA de grupos humanos, pode proporcionar uma melhor compreensão das narrativas míticas e outros produtos da Memória Coletiva.

Sobre os lugares de memória – desde que começaram na década de 1980 a surgirem os primeiros grandes empreendimentos teóricos sobre esta questão, logo após a experiência francesa da coleção dirigida por Pierre Nora – pode-se dizer que se tem verificado também a multiplicação destes lugares nas práticas sociais. François Hartog, ao mesmo tempo em que discute o “presentismo” de nossa época em seu ensaio *Regimes de Historicidade* (2003), aborda a obstinada memorialização dos diversos lugares sociais que parece se afirmar como um traço marcante dos últimos tempos.

A MEMÓRIA NOS TEMPOS RECENTES

A Memória tem se redesenhado no quadro das preocupações

contemporâneas como uma de suas principais temáticas. Ela aparece tematizada tanto na ensaística como na literatura, ou mesmo no Cinema, em filmes como *Blade Runner* ou *Dark City*. As preocupações constantes com as questões da Memória são sintomas do fenômeno que Andreas Huyssen (m.1942) chamou de “inflação da memória” na coletânea de ensaios intitulados *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia* (2000). De acordo com Huyssen, vivemos uma época em que se inverteu o grande paradigma que havia vigorado do Renascimento ao Modernismo, no qual as expectativas voltavam-se para o futuro, e agora o passado-presente de um mundo sem expectativas do futuro expressa-se, entre outros fatores, por uma compulsão pelo arquivo, pela monumentalização do Passado e pela busca incessante de registro da Memória (HUYSSSEN, 2000: 9). Particularmente após a queda do muro de Berlim, marco de um novo período mundial, teria começado a ocorrer uma expansão global de uma cultura e política da Memória. Aspectos análogos também são discutidos por François Hartog em seu recente ensaio intitulado *Regimes de Historicidade – Presentismo e Experiência do Tempo* (2005).

A inflação da memória, discutida por Huyssen, também é afetada por uma desigualdade na produção da memória no que se refere aos objetos rememorados, tal como atesta Paul Ricoeur. Inspirando-se em um sistema conceitual que traz também referências da psicanálise freudiana, Ricoeur demonstra que esta desigualdade na produção da memória coletiva é muitas vezes afetada pelos “traumatismos da memória” em relação a determinados acontecimentos históricos, de modo que o historiador da Memória deve estar pronto a lidar com os recalques e retornos de recalques. O recalque pode se expressar através do silêncio relativo a um acontecimento vergonhoso ou traumático da memória nacional, mas o retorno do recalque pode, em contrapartida, produzir um excesso de memória. Este excesso pode se expressar também através da historiografia, com a publicação desproporcional de determinados temas, e Ricoeur dá o exemplo de alguns destes sintomas editoriais que revelam as dificuldades do povo francês processar a lembrança histórica do período de ocupação nazista. Mas poderia ser citado o outro lado, o retorno incessante da chamada “querela dos historiadores” na Alemanha, que através de pelo menos quatro vagas de polêmicas desde os fins da Segunda Guerra Mundial tem mostrado o mal-estar da historiografia alemã perante o problema do holocausto e também do envolvimento de

grandes empresas alemãs com os empreendimentos nazistas². É sintomático em relação a esta complexa questão da Memória Coletiva, aliás, o título atribuído pelo historiador Ernst Nolte a um de seus artigos mais polêmicos – “O Passado que não quer passar” – no qual pretende justificar e superar a sensação de culpa dos alemães em relação ao desenvolvimento do Nazismo.

Questão contemporânea interessante na relação entre Memória e História refere-se às assimetrias que também existem relativamente à produção de testemunhos individuais sobre determinado período, o que afeta diretamente a História do Tempo Presente. Alguns períodos também assistem, por vezes, a uma determinada inflação de depoimentos, e outros ao rompimento de silêncios que já perduravam há algum tempo com relação a um ponto traumatizado de memória Michel Pollak recoloca também esta questão em termos de uma dialética entre Memória e Esquecimento, com a conseqüente apropriação da mesma pela historiografia do tempo presente. Referindo-se também à Memória do Holocausto, ele observa uma onda recente de depoimentos que pedem para ser registrados, e que rompem todo um silêncio que já perdurava há algumas décadas:

“quarenta anos depois convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio: no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento... Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’ As fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.” (1989: 1).

Outros problemas que afetam a Memória também têm sido bem tematizados. A Contaminação da Memória pela História ou por

² Na chamada “disputa dos historiadores” (*historikerstreit*), os debates sobre o Nazismo começaram com a publicação em 1986 de um artigo de Ernst Nolte (n.1923) intitulado “O passado que não quer passar”, que propunha ultrapassar a sensação alemã de culpa pelo Holocausto e justificar a “solução final” em um quadro de movimentos políticos que devia levar em conta o que Nolte chamava de “ameaça bolchevista” e também a posição da comunidade judaica alemã alinhada com os adversários políticos e bélicos do Nazismo (NOLTE, 1993: 18–23). A primeira réplica foi elaborada por Jürgen Habermas, em um artigo publicado no *Die Zeit* em 11 de junho de 1986. A querela, na sua totalidade e complexidade, foi estudada por Alfred Low (1995: 183-216).

materiais cronísticos previamente conhecidos, por exemplo, constitui uma importante questão a ser considerada com relação aos processos de elaboração da memória coletiva. Peter Burke, em seu livro *O que é História Cultural?* (2004) cita alguns exemplos, entre eles o caso das memórias de soldados que estiveram nas trincheiras britânicas da Primeira Guerra Mundial, e que reconstruíram seus relatos contaminados por um livro muito difundido na época (*O Peregrino*, de John Bunyam), ou ainda o caso da memória coletiva das comunidades protestantes no que se refere ao aspecto da perseguição católica – uma memória que se acha claramente contaminada pelos exemplos bíblicos de perseguição ao povo judeu. Estes aspectos foram examinados em maior detalhe pelo historiador Philippe Joutard em seu ensaio de 1977 intitulado *La Legende des Camisards*³. Os exemplos mostram como o texto escrito – dos clássicos às escrituras, passando pelos romances modernos – pode contaminar o registro oral das memórias, e depois o novo texto escrito que sobre estas se estabelece, se for o caso.

Por outro lado, Jacques Le Goff em seu texto sobre “Memória” (1990: 473) faz notar que o contrário – a contaminação da História pelas Memórias Coletivas – também acontece, e cada vez mais à medida que adentramos a nova era dos desenvolvimentos midiáticos e da globalização:

“[...] toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pelo media, caminha em direção a um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob pressão dessas memórias coletivas” (LE GOFF, 1990: 473).

A História (historiografia) sofre mais do que nunca pressões pelas bordas, advindas das várias memórias coletivas. Como historiar, sem sofrer indeléveis ou explícitas pressões dos movimentos negros, a Escravidão, a Abolição da Escravatura, os movimentos de resistência contra a Escravidão e os progressos contra o preconceito racial – ou mesmo rediscutir o próprio conceito de “Raça”, hoje desautorizado tanto pela biologia como pela

³ Sobre a obra de Joutard, diz-nos Le Goff: “reencontra no próprio seio de uma comunidade histórica, através dos documentos escritos do passado, e depois através dos testemunhos orais do presente, como ela viveu e vive o seu passado, como constituiu a sua memória coletiva, e como essa memória lhe permite fazer face a acontecimentos muito diferentes daqueles que fundam a sua memória numa mesma linha e encontrar ainda hoje a sua identidade” (LE GOFF, 1990: 475).

antropologia, e, no entanto, tão sociologicamente fortalecido pelos movimentos negros? Como historiar o próprio movimento negro sem se esbater contra a memória coletiva do movimento negro, de um jeito ou de outro, e como elaborar análises históricas sobre o homossexualismo sem sentir à espreita a memória coletiva do movimento gay, controlando com um olho atento o que será dito?

Da mesma forma a História (agora a História-Efetiva, e não mais a historiografia) é também cada vez mais reconstruída nas versões que circularão pela mídia, e de tal modo contaminada ou mesmo manipulada pelas memórias coletivas, que a própria historiografia já constituiu a partir daí um campo novo: a “história da história”, tal como o nomeia Jacques Le Goff (1990: 474), e que frequentemente assumirá por tarefa analisar criticamente a manipulação de fenômenos históricos específicos pela memória coletiva. Os fenômenos históricos que um dia haviam sido estudados quase que exclusivamente pelos historiadores, começam a ser examinados de direções várias, a partir de olhares vindos dos vários lugares de memória, e cumpre então aos historiadores analisar a contaminação, a manipulação presente neste processo.

Merece estudo atento, no Brasil, não mais apenas os movimentos quilombolas, mas a história da história dos quilombolas, interferida pela memória coletiva dos movimentos negros e dos grupos locais que foram classificados como continuidades históricas de grupamentos quilombolas originais. As políticas de tombamento e de apoio a comunidades de resistência anti-escravista historicamente localizadas, e a classificação de determinadas comunidades como quilombos, gera certamente a fabricação de uma memória nova, relacionada ao novo grupo que se estabelece sob o peso e o apoio desta nova ressignificação. E este grupo, criador de sua memória coletiva, irá devolver também o seu pequeno quinhão para a reconstrução da história do movimento quilombola como um todo. O olhar crítico do historiador, deste modo, é conclamado a estar atento contra as eventuais manipulações, distorções, contaminações da memória coletiva sobre a história. Essas mesmas manipulações e distorções, elas mesmas, tornam-se objetos interessantes para a própria história.

As “histórias de histórias” mais antigas, certamente, são aquelas que se referem aos grandes mitos políticos, construídos e reconstruídos inúmeras vezes. Na França, ressalta Le Goff, os historiadores mostram-se nas décadas recentes particularmente atentos para a reconstrução, através da memória coletiva, de grandes personagens como Carlos Magno (FOLZ, 1950) ou

Napoleão (TULLARD, 1971); mas há também os acontecimentos, como “A Batalha de Bouvines”, passíveis de serem acompanhados através da série de comemorações nos quais se inscrevem, e cujos traços são perseguidos pelo historiador através de um “conjunto móvel de representações mentais” (DUBY, 1973).

No Brasil, homens como Tiradentes e Duque de Caxias, mulheres como as princesas Isabel, Leopoldina, ou Carlota Joaquina, são reconvidados sucessivamente para a República, para o Ufanismo da Ditadura Militar, para as crônicas feministas. Isabel ora se torna patrona do movimento anti-escravista, ora perde este patronato e vê sua mão sendo sutilmente empurrada por um movimento maior que conduz o seu pulso. Tiradentes ganha ares de Cristo; Duque de Caxias oscila do herói da pátria ao general sanguinário. Os heróis, certamente, estão entre os pontos de atração que mais se destacam para as constantes reelaborações das memórias coletivas, e também das historiografias que não são mais do que disfarçados exercícios de memórias coletivas que pretendem recompor os seus mitos com vistas a interesses grupais específicos. Zumbi agiganta-se diante de Ganga Zumba. Torna-se fundador de um movimento que irá redefinir, retroativamente, a sua própria história.

Memória e História, enfim, interagem de forma complexa. Outros aspectos, certamente, também merecem uma aprofundada discussão que não poderá ser empreendida nos limites deste artigo. A Memória Individual, por exemplo, também tem se afirmado nos últimos tempos como fonte historiográfica importante a partir de uma modalidade da história que ficou conhecida como História Oral, o que requer técnicas aprimoradas de entrevista aos historiadores que a este campo se dedicam, além de envolver questões éticas que tem sido objeto de normatização por instituições específicas. As relações entre Memória e História através do campo da História Oral abre, portanto, muitas outras vias para discussão.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. “Elevações sobre os Mistérios” In *Confissões*. Livro XI. Petrópolis: Vozes, 2005, 20ª Edição.

BERGSON, Henri. *Matière et Mémoire*. Paris : Alcan, 1896.

BOURDIEU, Pierre. *Um art moyen. Essai sur lês usages sociaux de La photographie*. Paris : Minui, 1965.

- MCBRIDE, Ian. *History and Memory in Modern Ireland*. Cambridge: 2001.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DUBY, Georges. *Le dimanche de Bouvines : 27 juillet 1214*. Paris : Gallimard, 1973.
- FOLZ, R. *Le souvenir et la légende de Charlemagne dans l'Empire Germanique médiéval*. Paris : Les Belles Lettres, 1950.
- HALBSWACHS, Maurice. *Mémoire Collective*. Paris: PUF, 1950 (*Memórias Coletivas*. São Paulo: Centauro, 2006).
- HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Presentisme et expérience du Temps*. Paris: Seuil, 2003. [ver o capítulo V : « Patrimônio e Presente »]
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- HUYSSSEN, Andreas. *Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia* (1995).
- HUYSSSEN, Andreas. *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory (Cultural Memory in the Present)*.
- JACOB, F. *La logique du vivant. Une histoire de l'hérédité*. Paris: Gallimard, 1970.
- JOUTARD, Philippe. *La Légende des Camisards*. 1977.
- LEROI-GOURHAN, A. *Le geste et la parole*, 2 vol. Paris: A. Michel, 1964-1965 [Lisboa: Edições 70, 1981-83]
- LE GOFF, Jacques. « Memória » in *Memória e História*. Campinas: Unicamp, 1990. p.423-483.
- NORA, Pierre (dir.). *Le lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997. 7 vol.
- NORA, Pierre. « Mémoire collective ». LE GOFF, J., CHARTIER, R. E REVEL, J. (orgs). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.
- NORA, Pierre. « Entre mémoire et histoire : la problématique des lieux ». In GERON, Charles-Robert. (org). *Le lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. V.2. La Nation.
- OZOUF, Mona. *La Fête révolutionnaire: 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n.3, p.3-15, 1989.
- PROUST, Marcel. *Em Busca do Tempo Perdido* (1913-1927).
- SANSON, Rosemonde. *Le 14 Juillet (1789-1975). Fête et conscience nationale*. Paris : Flammarion, 1976.
- TULLARD, J. *Le mythe de Napoléon*. Paris: Colin, 1971.

VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque*. Paris: Seuil, 1973.

VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant La mort aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Gallimard, 1974.

Recebido em 27/05/2013

Aprovado em 17/08/2017